

Vitor Henrique Paro

Reprovação Escolar
renúncia à educação

3ª edição
Obra revista

 **CORTEZ**
EDITORA

Vitor Henrique Paro

Reprovação Escolar
renúncia à educação

Prefácio de Miguel Arroyo

3ª edição

2021

obra revista

 **CORTEZ**
EDITORA

SUMÁRIO



Prefácio de Miguel Arroyo, 13

Prefácio à Terceira Edição, 17

Introdução, 21

Capítulo I – Uma escola preocupada em acertar, 31

1. Localização e funcionamento, **32**

2. O cuidado com a qualidade, **35**

3. A democracia e o respeito aos usuários, **40**

**Capítulo II – Ciclos, progressão continuada,
promoção automática, 45**

1. Avaliação como processo (controle da eficiência do trabalho), **46**

2. Ensino-aprendizado como processo de trabalho, **48**

3. Avaliação educativa como processo contínuo, **52**

4. Avaliação e construção da autonomia, **57**

5. Mudar a avaliação, **62**

6. Ciclos, progressão continuada, promoção automática, **64**

Capítulo III – A anatomia do processo reprovador, 73

1. A presença da reprovação, **74**

2. A resistência à aprovação, **89**

2.1. Os aspectos socioculturais da resistência à aprovação, **91**

2.2. Os determinantes psicobiográficos e a personalidade do educador, **110**

2.3. Determinantes institucionais do apego à reprovação, **121**

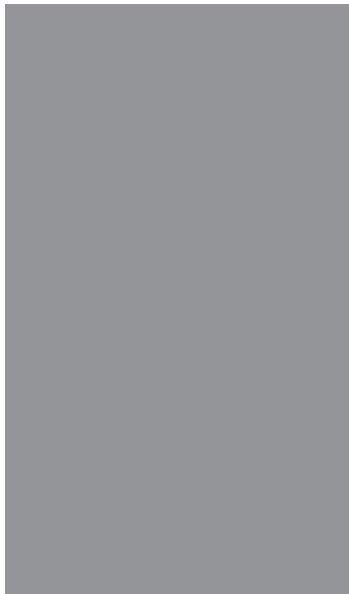
2.4. As implicações didático-pedagógicas do apego à reprovação, **133**

Capítulo IV – Conclusão – superar a reprovação, 187

Referências, 195

PREFÁCIO

de Miguel Arroyo



Este trabalho desloca a forma tradicional de tratar a reprovação e traz essa velha prática para o terreno dos comportamentos, dos valores, da cultura docente. Continuar reprovando ou acabar com essa prática virou um incômodo. Por quê? Nos debates entre os que são contra ou a favor da reprovação o que fica a descoberto são nossos valores, nossas crenças e culturas.

O debate sobre a reprovação toca em atitudes, comportamentos, valores, consequentemente expõe feridas. Incomoda. Provoca reações, resistências no íntimo da gente. Vitor Paro, sempre tão próximo da escola, dos seus profissionais, constata que há incômodos, resistências no campo dos valores e comportamentos. Há tensões no terreno melindroso da cultura escolar e docente. Vejo este ponto como um dos méritos do trabalho.

Seu olhar desvela onde está o incômodo que vem perturbando a paz da docência. Não tanto no fracasso, na reprovação, mas na resistência a ter ou não ter de reprovar. Que estaria acontecendo? O confronto está instalado na categoria docente em torno de uma das práticas corriqueiras, aceita como natural: reprovar e dormir tranquilos. “Reprovo, sim, e durmo em paz com minha consciência.” De uns tempos para cá, a intranquilidade se instalou na categoria docente, alguns estão intranquilos por reprovar, muitos, incomodados por não reprovar. Um confronto de valores. O imaginário escolar e docente aparentou por décadas dormir em paz, porém sempre nossos sonhos estiveram perturbados por pesadelos. O pesadelo do fracasso escolar, da reprovação, da defasagem e da retenção. Diminuir os índices era a meta, através de medidas paralelas como recuperação, reforço, turmas especiais...

Na última década surgem medidas bastante mais radicais. Passamos a duvidar; nos perguntamos se existe, por acaso, qualquer teoria pedagógica que justifique a reprovação/retenção; se somos nós, docentes, quem reprovamos ou estamos a serviço de uma estrutura seriada, gradeada, disciplinar e disciplinante que é seletiva e peneiradora; se essa estrutura se legitima em uma cultura social e política segregadora e excludente; se a escola e os docentes não incorporam ingenuamente essa cultura social e política...

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO



A pesquisa que deu origem a este livro foi sem dúvida uma das mais emocionantes que realizei. O pesquisador social, em seu mister, não só descobre coisas novas (quando é bem-sucedido), mas também aprende coisas que enriquecem sua vida pessoal. Desta vez aprendi (ou reaprendi?) que, da mesma forma que quase tudo que há de bom em nossas personalidades tem sua semente plantada pela educação por que passamos na mais tenra infância, também aquilo que existe de autoritário e negador da vida incrustado em nossos atos começou a ser plasmado ali.

Essa constatação traz implicações profundas na compreensão e tolerância com os erros e fraquezas de nossos professores e professoras da escola básica em seu labor, mas também na firmeza com que devemos cada vez mais propugnar por uma formação docente que se inicie nos primeiros anos escolares dos próprios professores. É preciso “quebrar a máquina de fazer bolsominions”* desde a infância para que os futuros professores possam produzir uma educação pela qual vale a pena lutar.

A convivência com educadores e educandos ali, no chão da pesquisa, ou seja, a escola pública fundamental, para responder a uma pergunta aparentemente inocente (“Por que os professores *ainda* reprovam?”), permitiu à equipe investigativa refletir e desvelar esses dois pontos de essencial importância, que fazem parte da prática educativa em geral, mas que ganham contornos particulares quando tratados à luz do tema da reprovação escolar.

Em primeiro lugar, a relevância inominável de perscrutar a realidade concreta da escola para perceber a quantidade de condutas inadequadas do ponto de vista científico, técnico e ético, sem que os sujeitos participantes sequer atinem para isso. Não há dúvida nenhuma de que a escola pública brasileira, na prática de seus educadores e educadoras, continua exibindo belezas comportamentais

* PARO, Vitor Henrique. Quebrar a máquina de fazer bolsominions. *Vitorparo.com.br*. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/26-quebrar-a-maquina-de-fazer-bolsominions/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Todos esses desastres têm em comum sua base na reprovação do outro, no aniquilamento da subjetividade alheia e na destruição da solidariedade, elementos presentes na reprovação escolar.

A aceitação e busca pelas ideias contidas em *Reprovação escolar: renúncia à educação* fez com que duas edições se esgotassem, de tal sorte que, há algum tempo já, os novos interessados tiveram dificultado o acesso a seu conteúdo. Por isso, acolhi com muita alegria o interesse em reeditá-lo manifestado pela Cortez Editora, à qual reitero minha gratidão e meu reconhecimento. Aproveito para solidarizar-me com todos os editores de livros que resistem bravamente ao obscurantismo dos órgãos da cultura e da educação instalados no atual governo federal.

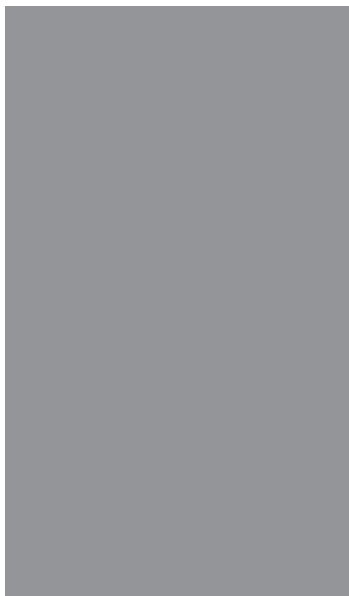
Que os renitentes leitores aproveitem este livro para refletir sobre um tema que, infelizmente, não perdeu nada de sua atualidade e pertinência. Boa leitura.

São Paulo, 19 de setembro de 2021

Data do centenário de nascimento de Paulo Freire

Vitor Henrique Paro

INTRODUÇÃO



Para o senso comum, o que se convencionou chamar de administrativo quase nunca ultrapassa as chamadas atividades-meio de qualquer empreendimento. Segundo essa perspectiva, que, de resto, costuma impregnar também muitos trabalhos acadêmicos, seria objeto da ação administrativa, no sistema de ensino, apenas aquilo que diz respeito às medidas e ações presentes desde a cúpula do sistema (o ministério e as secretarias de educação), passando pelos órgãos intermediários, até chegar à direção da escola e a seus funcionários “administrativos”. Daí para diante, seria o domínio do pedagógico.

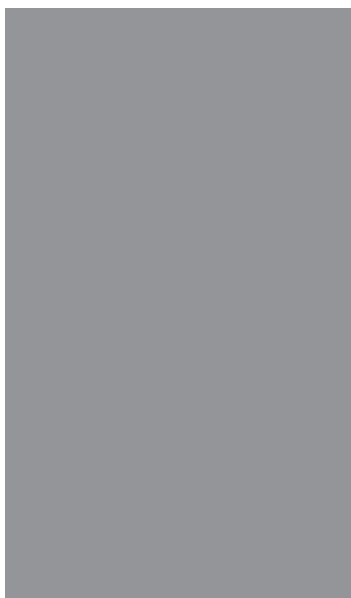
Todavia, se se toma a administração em seu conceito mais rigoroso de “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 2012, p. 18), não é difícil perceber que seu intrínseco caráter mediador não se limita aos momentos de “preparação” ou de provimento de condições para a efetivação dos objetivos. Em vez disso, perpassa todos os momentos do processo, em especial aquele em que se realizam concretamente os fins pretendidos, pois a ação administrativa só se encerra com a consecução do objetivo visado. Por isso, podem mostrar-se totalmente inócuas, ou mesmo provocar resultados contrários aos esperados, todas as medidas visando à solução de problemas do ensino que não levem em conta o que efetivamente acontece no desenvolvimento das atividades-fim que têm lugar na unidade escolar.

Em decorrência disso, torna-se muito mais relevante do que parece à primeira vista – e certamente deveria merecer muito maior atenção tanto por parte de governantes quanto por parte de muitos acadêmicos que tratam de política e de administração da educação – o estudo do cotidiano pedagógico da unidade escolar com vistas a tomadas de decisões no âmbito de todo o sistema de ensino. A administração da educação, como mediação para a realização dos fins do ensino, pressupõe a preocupação constante com esses fins, só podendo desempenhar integralmente seu papel mediador à medida que a atividade pedagógica, que se dá predominantemente (mas não só) em sala de aula, esteja se realizando de modo satisfatório. Por isso,

CAPÍTULO

I

UMA ESCOLA PREOCUPADA EM ACERTAR



1. Localização e funcionamento

A Emef Cel. Alberto de Souza Porto localiza-se em bairro de periferia urbana da zona oeste da cidade de São Paulo, nos limites do município. O bairro é de topografia irregular e a “vila” onde está instalada a escola apresenta os contrastes presentes na maioria das “vilas” e “jardins” dos bairros populares das grandes cidades brasileiras. Ruas asfaltadas com serviços de água e esgoto, luz elétrica, serviço de ônibus urbanos – onde se alinham casas ou sobrados de alvenaria e em que se pode adivinhar algum conforto usufruído por pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos ou empregados de escritórios dos bairros mais centrais – cruzam ruas esburacadas, com precária infraestrutura, compostas por moradias simples das camadas populares mais baixas, que compõem a maioria da população da “vila”. Estas ruas levam também a uma grande favela, próxima à escola, de onde se origina grande parte de seus alunos. Construída em 1971, a Souza Porto instala-se num enorme quarteirão que obstrui a passagem de uma parte a outra da vila, o que levava as pessoas, até recentemente, a terem de passar por dentro da escola para chegar à rua oposta. Com a nova direção escolar, construiu-se um corredor ao lado da escola que, agora, permite esse acesso sem interferir nas atividades escolares.

Na rua que dá para os fundos da Casp, ao lado desta, há instalada uma Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) de onde se origina a quase totalidade dos alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental da Souza Porto.

Em 1999, ano da coleta de dados, a escola contava com 78 servidores, distribuídos pelas diversas equipes previstas nas escolas da rede. Quatro formavam a *equipe técnica*, sendo um diretor, uma assistente de diretor e duas coordenadoras pedagógicas. A *equipe docente* contava com 47 professores, sendo 18 em JB (Jornada Básica, de 20 horas semanais), 10 em JEA (Jornada Especial Ampliada, de 30 horas semanais) e 19 em JEI (Jornada Especial Integral, de 40 horas semanais⁴). Dentre

4 Essas 40 horas estão assim compostas: 25 aulas, 11 horas de trabalho coletivo a ser desenvolvido na unidade escolar e 4 horas de trabalho individual que pode ser executado fora da unidade escolar.

CAPÍTULO

II

Ciclos, progressão continuada, promoção automática

1. Avaliação como processo (controle da eficiência do trabalho)

Antes de tratarmos da reprovação e dos motivos que levam a sua prática, é preciso discutir a própria avaliação, no contexto em que ela se realiza. A avaliação, por sua vez, não é fenômeno exclusivo do meio educacional, mas condição mesma da realização da vida humana.

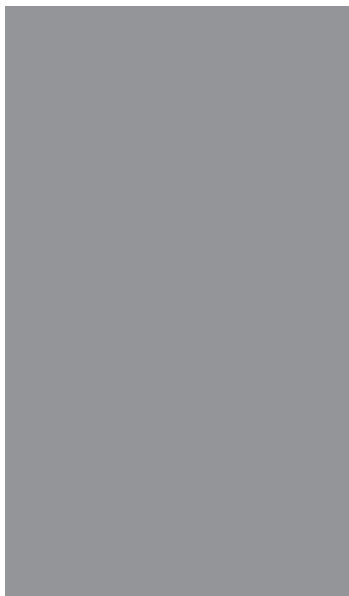
A concepção de homem como ser histórico exige que se considere sua configuração ética como ponto de partida de sua autocriação. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade. Por uma posição de não indiferença com relação ao mundo que o rodeia (ORTEGA Y GASSET, 1963), o homem cria valores e, a partir deles, estabelece objetivos a serem realizados. Ao imprimir uma atividade adequada aos fins propostos, realizando trabalho no sentido humano (MARX, [1968]), ele produz sua própria existência, ao produzir todos os objetos e serviços de que faz uso para viver ou – recorrendo mais uma vez a Ortega y Gasset – para viver bem, posto que ao homem não importa apenas deixar-se viver como é próprio do mundo da natureza, entendida esta como tudo aquilo que independe da vontade e da ação humanas. O animal, por exemplo, contenta-se em apenas viver, a partir da satisfação de suas necessidades naturais. O homem cria novas necessidades. Para ele, apenas o supérfluo é necessário (ORTEGA Y GASSET, 1963). Ao se propor o supérfluo, ou seja, ao *criar* valores (não dispostos pela natureza), o homem revela sua conformação ética e funda seu projeto de historicidade, porque é na realização dos objetivos derivados desses valores que ele constrói sua própria realidade humana, que transcende o que é dado pela necessidade natural.

Para garantir que a atividade se desenvolva de modo adequado, o homem precisa averiguar permanentemente se o processo está de acordo com os objetivos que pretende atingir. É nisso que consiste a avaliação, que, assim, se mostra ao mesmo tempo como algo específico do ser humano e como processo imprescindível à realização de seu projeto de existência histórica.

CAPÍTULO

III

A ANATOMIA DO PROCESSO REPROVADOR



A reprovação escolar manifesta-se como parte integrante e orgânica da realidade de nossas escolas elementares, como se, sem ela, o processo todo perdesse o seu sentido. É, pois, aproximando-nos dessa realidade e procurando compreender os fatos e relações que aí se dão cotidianamente que poderemos intentar produzir algum conhecimento a respeito de suas dimensões e de seus condicionantes. Este capítulo procurará apresentar dados colhidos a partir de entrevistas, observações e participações em atividades na escola investigada, buscando analisar a presença da reprovação, as razões que levam os professores a reprovar e as implicações pedagógicas dessa reprovação. Tal análise procura valer-se abundantemente das falas dos entrevistados e das descrições dos fatos e situações, de modo a que o leitor, além da interpretação do investigador, possa ter acesso da forma mais ampla possível às razões dos atores envolvidos e às circunstâncias dos fatos. Acrescente-se que, embora se tome a realidade de uma unidade escolar como mediação para a reflexão a respeito de nosso objeto de estudo, nossa preocupação não se restringe a essa realidade em particular, mas faz uso dela na medida em que ela nos ajuda a refletir sobre a universalidade na qual tal particularidade se encontra, porque se acredita que as determinações sociais mais amplas aí se manifestam de forma semelhante às demais escolas do país.

1. A presença da reprovação

Uma das constatações que se pode fazer da análise da ocorrência da reprovação e de sua valorização na Emef Cel. Alberto de Souza Porto é o importante papel que pode ter a liderança da escola na mudança educacional.

• “Se a vida lá fora reprova...”

Como a reprovação é universalmente aceita em nossa sociedade como um expediente propício à educação, as pessoas, geralmente, quando são postas diante do problema, começam por defendê-la com naturalidade. Mesmo uma pessoa de espírito democrata e solidário como Alex, o diretor da Souza Porto, tende a aceitar, até por inércia, a reprovação. Mas, à medida que reflete, no desenvolvimento da argumentação, deixa-se levar pela razão e acaba por reconhecer que a reprovação, em geral, não é uma boa medida.

Olha, eu acho assim, que, em dadas situações, [...] eu acho que ela [a retenção] pode ser benéfica. Posso estar enganado, mas como eu vejo: então, por exemplo, uma situação do aluno que, de repente, ele tem algum potencial, mas não produz, não quer produzir, não quer trabalhar, então, de repente, funcionaria como um clique na vida dele: “Olha, meu, cê tem de...” Mas, eu acho que, no geral, eu acho que não, não funcionaria.

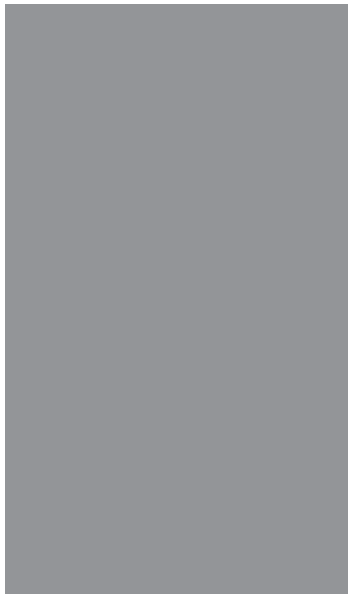
Um dos argumentos que comumente se utiliza para defender a manutenção da reprovação na escola é que a própria sociedade está, a todo momento, aprovando e reprovando; e se a escola deve preparar para a vida, então, deve preparar também para isso, não omitindo a reprovação em sua estratégia. Quem apresenta importante argumentação contra esse ponto de vista é Dante Moreira Leite, que anuncia a questão da seguinte forma:

Contra a motivação sempre positiva (vale dizer, elogio e promoção) pode-se argumentar que, fora da escola, a criança não encontrará a mesma coisa; que, na vida social, todos somos ora aprovados, ora reprovados, de acordo com o que fazemos. Se assim é, a criança sempre aprovada sairá da escola com uma visão inteiramente falsa da vida social, e sofrerá muito mais do que se tivesse enfrentando constantemente a reprovação ou a sua eventualidade. (LEITE, 1999, p. 21)

Mas o mesmo autor acrescenta:

CAPÍTULO **IV**

Conclusão – superar a reprovação



Ao tratar da resistência à aprovação de estudantes no ensino público fundamental, este livro procurou oferecer subsídios teóricos para a elucidação de questões que dizem respeito a dois temas que se interpenetram: a administração escolar e a avaliação educativa.

Para além de uma concepção reducionista que a confina às preocupações com as atividades-meio e das visões autoritárias que a reduzem ao controle do trabalho alheio, a administração escolar foi entendida, extensivamente, como conjunto de atividades mediadoras na busca de fins educativos. Tal entendimento, por um lado, permite a consideração de todo o funcionamento da escola como questão que diz respeito a sua gestão, enfatizando a importância dos processos educativos que aí se dão; por outro, exige o reconhecimento da especificidade da escola, diferenciando-a, em particular, das instituições mercantis. No contexto da sociedade capitalista, sempre houve a tendência de aplicar à escola os princípios e métodos da empresa mercantil, advogando a universalidade de tais princípios e ignorando a especificidade da ação educativa como fenômeno de constituição de *sujeitos*, que não devem, por essa razão, ser *objetos* de leis de mercado (PARO, 2012). Hoje, na esteira da ideologia neoliberal que perpassa as políticas públicas no país, registra-se um recrudescimento dessa prática de associar a produtividade e a qualidade da escola pública aos mecanismos de mercado. Sobre essa nova onda, bons trabalhos críticos já foram escritos (ver, por ex., FREITAS, 1991; GENTILI; SILVA, 1994; FIDALGO; MACHADO, 1994; FRIGOTTO, 1995; L. C. LIMA, 1995; VIEIRA, 1995; D. A. OLIVEIRA, 1997), procurando contestar seus princípios, evidenciar suas contradições, desmistificar suas intenções e desautorizar seus interesses. O presente trabalho procura enfatizar que a produtividade da escola deve referir-se ao alcance de objetivos educativos, de constituição de cidadãos, sujeitos históricos, não aos interesses de mercado.

Vitor Paro nos desafia a acompanhar nossos percursos na construção de nossas próprias autoimagens, de nossos valores e de nossa cultura docente; convida-nos a perceber que resistimos não tanto a não reprovar, mas a fazer esse tenso, pessoal e coletivo percurso na redefinição de nossos valores.

Para além de uma anatomia do processo reprovador, este livro faz uma anatomia de nosso papel reprovador. De nossa personalidade, de nossas crenças, de nossos valores, imagens e autoimagens docentes.

Por isso, quem se aventurar na leitura deste trabalho saiba que será tensionado.

(Do prefácio de Miguel Arroyo)